

# Na invisibilidade do vírus, a precariedade visível

» VICENTINHO  
Deputado Federal (PT/SP)



G O M E Z

No mês dedicado aos trabalhadores, em 2021, gostaríamos de celebrar dados positivos, mas a pandemia do novo coronavírus promoveu um impacto forte sobre o mercado de trabalho, com ampliação sem precedentes do desemprego e queda histórica de ocupação. O vírus, somente, não seria capaz de tanto estrago, e contou com a “ajuda” da desastrosa política econômica do atual governo federal e erros graves no enfrentamento à pandemia e oferta de vacinas. Apenas nos primeiros meses de 2020, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), quase 5 milhões de pessoas perderam seus empregos. Segundo pesquisa recente publicada pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), são pouco mais de 14,272 milhões de desempregados no Brasil, o que significa 2,539 milhões a mais que no mesmo período de 2020. Da massa salarial dos/das trabalhadores/as, algo ao redor de R\$ 15,7 bilhões/mês deixou de circular na economia todos os meses.

Outro fator é a destruição causada pela Lava-Jato. Um estudo recente do Dieese, elaborado a pedido da Central Única dos Trabalhadores (CUT), revela que, por causa dos impactos da condução política da Lava-Jato, R\$ 172,2 bilhões deixaram de ser investidos na economia e 4,4 milhões de brasileiros ficaram sem emprego. O estudo consumiu um ano de análises, pesquisas e cruzamentos de dados oficiais envolvendo 67 setores da economia e concluiu que a construção civil e a cadeia de petróleo e gás são os setores mais afetados pela ação da dupla Sergio Moro/Deltan Dallagnol.

Em cenários de crise, quem trabalha informalmente fica ainda mais vulnerável, corre mais riscos de ficar sem fonte de renda. A retomada da economia e impactos positivos no mercado de trabalho dependem das condições sanitárias e da imunização da população. Para interferir positivamente nesse cenário, já conseguimos assinaturas mais que

suficientes para instalação da Frente Parlamentar em Defesa dos Trabalhadores da Economia Informal, o que deve ocorrer brevemente, na Câmara dos Deputados.

Dados extraídos da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD-C) do IBGE, mostram que os trabalhadores por conta própria são 24,3 milhões de pessoas no Brasil, com composição majoritariamente masculina (63%, contra 37% de mulheres). Os negros são maioria entre os trabalhadores por conta própria, 54%, 10 pontos percentuais a mais que os brancos (44%).

Essa condição, por conta própria, tende a ser a única fonte de renda da pessoa (caso de 97%) e costuma ser de longa duração: 74% exercem a mesma atividade há dois anos ou mais. 8% estão nesse trabalho entre um e dois anos e 18%, há menos de um ano. O que as estatísticas não mostram é que grande parte das

pessoas que sobrevivem a partir do trabalho por conta própria são muito mais exploradas e não têm quase nenhuma assistência das políticas sociais e garantias previdenciárias.

Entre negros/as, as mulheres estão em posição de desvantagem salarial, são também elas as que estão na base desprivilegiada da pirâmide dos rendimentos. A interseccionalidade das dinâmicas de desigualdade cria desafios importantes. Não basta formular ações voltadas ao desenvolvimento econômico do segmento mais precário da força de trabalho (os conta própria informais) sem considerar a integração dessas ações com políticas de combate às desigualdades de gênero, raça e região. Brancos e negros, homens e mulheres, do Sul-Sudeste ou do Norte-Nordeste enfrentam obstáculos diferentes, associados à sua condição de raça, gênero ou à pertença a um território.

Políticas de desenvolvimento focadas no apoio à economia popular (em suas conexões com os circuitos superior e inferior da economia) serão mais efetivas caso se voltem às mulheres negras e estejam efetivamente combinadas com ações de apoio à organização coletiva para combater às discriminações racial e de gênero.

A pandemia no Brasil fez a desigualdade se tornar ainda mais evidente e letal. As pessoas mais pobres, em geral, são as que não podem escolher ficar em casa ou não e ficam ainda mais expostas ao vírus. Afinal, muitas moram longe dos locais de trabalho e são obrigadas a se deslocar por meio transporte público geralmente lotado, em longos percursos.

Mesmo diante de tanta calamidade social, econômica e sanitária, não podemos perder a esperança, vamos reconstruir o país e viver um novo tempo. O Brasil voltará, por meio das mãos da classe trabalhadora, do povo brasileiro, unidos na defesa da democracia e dos direitos mais elementares. O Brasil voltará a ser o país dos nossos sonhos e da dignidade humana.

## Visto, lido e ouvido

DESDE 1960

Circe Cunha (interina) // [circacunha.df@dabr.com.br](mailto:circacunha.df@dabr.com.br)

## Ninguém tem razão quando o assunto é política cultural do Estado

Não seria preciso que a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) ingressasse com Ação Civil Pública contra o governo federal, a quem acusa de promover uma política sistemática de desmonte da cultura nacional, para que os brasileiros tomassem ciência de que essa área vem sendo severamente sucateada dia após dia.

Primeiro, porque, por essa via, a questão perde muito de sua seriedade e urgência, descambando para o terreno da rinha político-partidária, levantando suspeitas de que a ACP faz parte de uma vingança pessoal, movida pelo presidente da entidade, Felipe Santa Cruz, ligado ao Partido dos Trabalhadores e acusado por advogados de transformar a Ordem em legenda de esquerda.

Hoje é sabido que qualquer ação que parta da atual presidência da OAB contra o governo federal perde muito de sua importância jurídica e institucional por causa justamente da partidização política excessiva da entidade e, particularmente, pelos desentendimentos entre o atual presidente e o Planalto.

Nesses últimos tempos, nem mesmo um diálogo institucional existe entre o governo e a OAB. É o preço a ser pago pela sociedade e pela classe artística, pela falta de isenção política e ideológica da ordem versus a miopia política que tomou conta do Executivo. Não seria necessário citar a máxima segundo a qual é pela qualidade cultural dos eleitores que se conhece a cultura do eleito. Nesse ponto a maioria dos eleitores do atual presidente suspeitava, ao menos, que por suas declarações e pelo seu passado, avesso a questões da cultura e das artes, cedo ou tarde ele promoveria nesse setor uma espécie de caça às bruxas contra a classe artística do país, mormente àquela que vinha, incansavelmente, criticando seu governo desde o primeiro dia.

Por outro lado, tem sido essa mesma classe artística, tradicionalmente ligada aos movimentos de esquerda, que, em governos passados, lograram obter as maiores verbas destinadas aos projetos de cultura, principalmente a partir da gestão de Gilberto Gil à frente da pasta da Cultura, via Lei Rouanet. Houve, nesse caso, uma flagrante perseguição política a esses artistas por parte do governo, o que não é segredo para ninguém, dados os inúmeros pronunciamentos nesse sentido, feitos pelo próprio presidente recentemente.

A questão aqui é que essa medida anunciada pela OAB perde muito de seu caráter cívico, diminuindo a importância do problema a uma mera disputa política, o que também contribui para retirar o vigor da questão e sua necessidade para o cidadão.

Cultura é alimento do intelecto e do espírito. Nenhuma civilização sobre o planeta jamais logrou êxito e desenvolvimento prescindindo da produção cultural de seu povo e da contribuição de outras nações. É preciso ver ainda que, por trás dessa ACP, reúnem-se a maioria dos partidos de oposição ao governo, o que confere mais matizes ideológicos a uma questão tão séria e que diz respeito a todos.

Temos aqui mais um caso típico, nesse governo e nesses tempos estranhos, em que a nenhuma das partes deve ser dada a razão. Nem ao governo, nem à OAB, muito menos à oposição política.

A questão da produção cultural deveria, num país democrático e sério, ser feita diretamente à classe artística, por meio de um ministério ou secretaria apto e isento politicamente para gerir essas demandas, que deveriam, ainda, contar com a solidariedade da sociedade e com a participação do empresariado por meio de isenções fiscais realmente eficazes e transparentes.

Subsídios governamentais, ainda mesmo quando o Executivo é ocupado por políticos de visão extremada e avessa à arte e à cultura, podem sofrer desses contratemplos e dessas perseguições. O que pode haver nessa questão de maior concretude é que se abra agora uma discussão sobre as possibilidades dos caminhos a serem trilhados e a blindagem da produção cultural contra esses eventuais favoritismos de momento, para que nossas artes não sofram processos de descontinuidade por motivos alheios aos criadores e aos artistas em geral.

### »» A frase que foi pronunciada

“Quem disse que a paz não tem preço?”

Bolsonaro lembrando que Lula nunca teve oposição

### Tecnoaprendizagem

» A Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo da Câmara Legislativa do Distrito Federal está discutindo as profissões do futuro. A deputada Júlia Lucy (Novo) acredita que a pandemia mostrou o descompasso entre a demanda do mercado e a oferta da educação. Colocar o DF no mapa da tecnologia nacional é o grande objetivo do embate.

### Sonho possível

» Ainda nessa comissão, o especialista em jogos eletrônicos David Leonardo usou sua experiência para mostrar como é possível conjugar habilidades e conhecimento com o prazer de aprender. Outro ponto importante destacado é a importância da conexão entre as disciplinas, o que enriquece a experiência e estimula a capacidade intelectual dos alunos.

### Não deve, não teme

» Engana-se a Organização Mundial da Saúde quando diz que o esperado relatório sobre a origem do covid aponta para a inocência do país asiático. Na verdade, o que é esperado pelos cidadãos do mundo é a abertura da pesquisa em questão para todo e qualquer país que queira participar.

### »» História de Brasília

Mas nem a mesma faixa existe. Um motorista levou consigo como recordação. Pelo menos é o que a gente ouve dizer. À noite, pela televisão e pelo rádio, veio a grande revelação. O país, que vivia num clima de otimismo excitante deixou cair o queixo ante as declarações de pessimismo do presidente. (Publicada em 02.02.1962)

## Por uma política de pós-graduação inclusiva: retrato da UnB

» LUCIO RENNÓ  
Decano de Pós-Graduação da Universidade de Brasília

A pós-graduação é um importante momento individual e coletivo. Individualmente, ela é o passo decisivo nas trajetórias profissionais. Para a carreira docente do magistério superior e para carreiras de pesquisa na iniciativa privada e no setor público, é requisito básico e porta de entrada. Constitui, também, etapa importante para progressão e promoção funcional em várias áreas, com implicações remuneratórias e de incremento de responsabilidades.

Coletivamente, a pós-graduação amplia o potencial de agregação de valor a produtos, incrementa a qualidade de serviços e dissemina tecnologias e informações essenciais para o desenvolvimento. Gera mais renda, sem falar em empregos com melhores condições de trabalho, afetando a qualidade de vida de uma população. Países desenvolvidos têm no ensino de pós-graduação e na pesquisa decorrente e subsequente um elemento estratégico. Exportam bens tecnológicos porque dispõem de quadros qualificados em pesquisa que só a pós-graduação propicia.

A política de pós-graduação no Brasil é centrada na Coordenação de Apoio a Pessoal de Nível Superior (Capes) do Ministério da Educação. É nela que se fundamentam a criação e a avaliação dos programas de pós-graduação esparramados pelo país. Nela se constrói a principal política de fomento à pós-graduação, que tem em bolsas de estudo elemento central, responsável pelo financiamento discente na pós. Com o passar dos anos, o orçamento da Capes vem se reduzindo, assim como das universidades federais. Em decorrência disso, diminuí o número de

bolsas. Na Universidade de Brasília (UnB), as bolsas de pós-graduação caíram numa proporção de 17% entre 2019 e 2021.

Levantamento feito pelo Decanato de Pós-Graduação da UnB em março de 2021, constatou um déficit de aproximadamente 1 mil bolsas de mestrado e doutorado. São 376 doutorandos e 538 mestrandos que pleitearam bolsas e não foram contemplados — nossa medida de déficit real. Em termos financeiros, é necessário um incremento anual de, aproximadamente, R\$ 20 milhões no orçamento da Universidade só para suprir este déficit. Como as bolsas são as principais formas de assistência estudantil na pós-graduação, a UnB enfrenta enorme desafio para a formação de novos quadros e de apoio ao corpo discente.

Quando consideramos o perfil socioeconômico dos estudantes, coletados por meio da Pesquisa Social da UnB realizada em junho de 2020 e fevereiro de 2021, temos informações que melhor qualificam nosso debate. Dos discentes de pós-graduação, 60% são mulheres; 53% se classificam como brancos, 33%, pardos e 9%, pretos; 37% moram com os pais e 1%, em residência estudantil; 40% usam ônibus para locomoção aos campi; 37% não têm plano de saúde, dependendo exclusivamente do Sistema Único de Saúde para a cobertura hospitalar. Quanto à situação ocupacional e de renda, 44% trabalham ou estagiam; 12% têm renda familiar de até dois salários-mínimos, 25%, entre dois e cinco salários e 28%, entre cinco e dez. Do todo, 12% são beneficiários diretos ou alguém da família o é de alguma política social, seja da

UnB ou do governo federal: 63% destes receberam o auxílio emergencial do governo federal e 16%, o auxílio alimentação da UnB.

Portanto, temos um perfil de discente da pós-graduação diverso racialmente e de gênero, bastante dependente de serviços públicos de transporte e saúde, em sua maioria sem renda própria (não trabalham ou estagiam) e uma parcela relevante com rendas familiares baixas e dependentes de programas sociais. Esse perfil ficará mais diverso com a adoção de políticas de ação afirmativa na pós-graduação, baseadas em raça e etnia, como fez a UnB em 2020.

Ao espelhar melhor a desigualdade da sociedade brasileira em seu meio, as universidades terão desafios proporcionais. Precisamos nos assegurar de que há financiamento para a manutenção dos discentes em vulnerabilidade socioeconômica, reduzindo a evasão. A política de redução de déficits de bolsas de estudo, portanto, passa a ser elemento central de um projeto de inclusão na pós-graduação.

Bolsas configuram uma questão estrutural. Mas podemos pensar na ampliação de editais específicos para fomento da produção discente, com um olhar para a vulnerabilidade. Podemos focar, também, na formação em língua estrangeira, principalmente o inglês, fundamental na pós, mas um importante demarcador de classe social no Brasil. Podemos, ainda, dar suporte à moradia, muito cara nas capitais e grandes cidades. Esses passos estão sendo tomados em algumas universidades. Está na hora de serem contemplados na discussão nacional sobre uma política inclusiva de pós-graduação no Brasil.